

Direitos Humanos do Trabalhador em pauta: a universidade reflete sobre políticas públicas

Douglas O. de Farias

“O conhecimento tem que estar a serviço desse Brasil concreto e real que temos aqui. Os problemas que a sociedade vive, devem ser discutidos dentro da universidade. A Universidade deve buscar caminhos e soluções” afirma o professor Ricardo Rezende.

O curso de extensão Direitos Humanos do trabalhador, realizado pelo Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos (Nepp-DH), entre os dias 21 de janeiro e 8 de março, promoveu debates e reflexões sobre a questão do trabalhador e seus direitos. Realizado no Auditório do Prédio Anexo ao Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH), o evento contou com a presença de alunos, professores de diversas instituições e profissionais ligados aos poderes Judiciário e Executivo, além de representantes de procuradorias. O curso proporcionou um debate sobre o uso dos conhecimentos produzidos na Universidade para a ação e reflexão de novas políticas públicas para o trabalhador.

Sob a coordenação dos professores Ricardo Rezende Figueira e Maria Celeste Marques, foram debatidos temas como a liberdade sindical, trabalho na rua, assédio e dano moral no trabalho, atuação e fiscalização dos ministérios e trabalho precoce. Em entrevista para o site do Nepp-DH, o professor Ricardo Rezende Figueira, coordenador do Grupo de Pesquisa sobre Trabalho Escravo Contemporâneo (GPTEC), falou sobre essa experiência a importância da atividade de extensão para a Universidade.

No que consiste, basicamente, o curso de extensão em Direitos Humanos e do Trabalhador e qual é a sua importância?

RR: O curso, realizado e promovido pelo Núcleo de Estudos de Políticas Públicas (Nepp-DH), consiste numa oportunidade para que alunos da UFRJ, de outras instituições de ensino e profissionais de diversas áreas de atuação tenham a ocasião de fazer uma reflexão qualificada sobre a temática. A abordagem do curso foi bem ampla. Tratou dos princípios da dignidade do trabalho, da escravidão contemporânea, do trabalho precoce, do trabalho da mulher, do estatuto e trabalho do idoso e da questão da liberdade sindical, por exemplo. Enfim, foi uma proposta bem diversificada de reflexão.

Os expositores não eram apenas da academia. Havia representantes de instâncias do poder judiciário, do poder executivo e de procuradorias, como o procurador geral do trabalho, Dr. Antônio Camargo. Tivemos também a chance de ouvir juiz federal do Tribunal Regional Federal (TRF-RJ) Firly Nascimento Filho, que falou sobre assédio e dano moral. Além de professores do próprio Nepp-DH, como as professoras Mariléa Porfírio e Adônia Prado, doutora

da Faculdade de Direito, pudemos ouvir também pessoas que atuam em outras áreas da UFRJ como a vice-decana do CFCH, professora Lilia Pougy, e o professor José Ricardo Ramalho, do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS).

Ouvimos pessoas que dão aula em outras instituições como a PUC-RJ e Fundação Getúlio Vargas (FGV). Foi uma possibilidade de discussão interdisciplinar e de instituições distintas que são importantes em suas áreas de atuação. Foi um momento extremamente rico para um aprofundamento acadêmico e uma qualificação da compreensão de política pública e de sua relação com o conhecimento produzido na universidade.

O que cumpre a finalidade do NEPP-DH que se preocupa com ensino, extensão e pesquisa.

Qual é a relação de parceira entre o Curso de extensão em Direitos Humanos e do Trabalhador, o Nepp-DH e o GPTEC?

RR: O Grupo de Pesquisa Trabalho Escravo Contemporâneo (GPTEC) foi criado em 2003, o Nepp-DH ainda não existia, mas já era pensado. A professora Suely Souza de Almeida (ex-diretora do Nepp-DH e ex-decana do CFCH, falecida em 2008), então decana, que tinha uma equipe da qual era a “ponta de lança”, nos acolheu como acolheu posteriormente o Laboratório de Estudos da América Latina (Leal).

O GPTEC e o Nepp-DH têm uma relação muito intensa e de pertencimento, sendo o interesse de um também o interesse do outro. O GPTEC atende também às três vocações do Nepp-DH. É um grupo que faz pesquisa, uma das vocações acadêmicas, tem professores, já que o ensino é algo importante na universidade e faz extensão.

Como exemplos de atividades de extensão, temos a visita, em todos os anos ímpares, do GPTEC às escolas da rede pública e privada do município do Rio de Janeiro. O objetivo é levar uma discussão, inclusive com bolsistas, sobre o trabalho escravo perto ou longe dos nossos olhos. Atendemos cerca de 700 alunos nesse projeto no decorrer do ano. É uma atividade muito importante, mas não é a única. Nós participamos como observadores e pessoas que ajudam a refletir da comissão estadual pela erradicação do trabalho escravo (COETRAE) do Rio de Janeiro. O GPTEC participa de reuniões regulares da Comissão Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo, em Brasília ou em outros locais.

O GPTEC aparece, por exemplo, no primeiro e no segundo plano nacional pela erradicação do trabalho escravo deixando claro que está ligado à política pública da erradicação. Nós temos publicado diversos livros, que são frutos de pesquisa ou de reuniões científicas com membros da procuradoria, do poder judiciário, da sociedade civil e pessoas que foram de alguma forma atores na história da escravidão seja como repressores ou como vítimas.

Através de um convênio entre as Universidades, a reunião já foi realizada no Mato Grosso, estado com incidência de escravidão contemporânea. Temos também trazido para a UFRJ reuniões com pesquisadores de universidades distintas do Brasil e do exterior. O GPTEC está consolidado na pesquisa, no ensino e na extensão.

Qual a importância da extensão para a Universidade?

RR: A Universidade tem uma responsabilidade que é buscar o conhecimento, fazer perguntas. Mas não deve esquecer a responsabilidade de refletir sobre os problemas da sociedade. A instituição não pode se fechar, indiferente ao que acontece nessa sociedade. O conhecimento produzido tem que servir à realidade concreta do Brasil em que vivemos.

Os problemas que a sociedade vive devem ser pensados na universidade, que, por sua vez, deve buscar caminhos e soluções. É claro o aspecto universitário de ir além do cotidiano, mas esse cotidiano também importa. Essa poeira da sociedade tem que chegar aqui dentro da universidade. Nós estamos refletindo aqui no Rio de Janeiro, num país chamado Brasil, na América Latina, na América do Sul, é necessário enfrentar as questões concretas. Principalmente por ser uma instituição pública, mantida pelos impostos do povo brasileiro.

A extensão é levar pra fora da universidade essas questões e ouvir da sociedade os seus clamores, suas perguntas, suas proposições, enfim, não ter o ouvido fechado para essas questões. Esse intercâmbio entre a sociedade e a universidade pode ser extremamente valioso para ambos.

A postura da sociedade civil diante da questão dos Direitos humanos e, mais precisamente, do Direito do Trabalhador, é adequada?

RR: A sociedade civil é muito plural. Você pode, por exemplo, encontrar como sociedade civil a classe patronal latifundiária. Ela não está toda envolvida com a utilização de mão de obra escrava, inclusive, a maior parte não está envolvida no crime. Mas uma parcela está e, em geral, a classe patronal é muito solidária entre si. Então, mesmo os que não cometem o crime, não denunciam o crime dos outros. Além disso, essa sociedade civil faz pressões, por exemplo, para a não aprovação da lei do perdimento da terra de quem usar mão de obra escrava. Compõe também essa sociedade o MST (Movimento dos Sem Terra), que é a favor do trabalhador e da observância das leis que existem para proteger a classe trabalhadora.

A sociedade civil é muito diversificada e essa diversificação se expressa nos parlamentos, no congresso, nos ministérios, gerando um ambiente de muitas tensões.

Houve também mudanças positivas. É certamente verdadeiro que, ao longo dos anos, as questões relativas ao trabalho, principalmente ao trabalho escravo, são mais abordadas. A sociedade civil não assumia essa luta até 1992. Quando o sindicalista Expedito Ribeiro de Souza foi assassinado, a repercussão de sua morte possibilitou a formação de um grupo de discussão, em Brasília, sobre a violência no campo. Daquele núcleo de discussões, composto por membros da procuradoria, do judiciário, do movimento sindical, da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), Ordem dos Advogados do Brasil, Comissão Pastoral da Terra e diversas organizações, surgiu a questão do trabalho escravo.

As organizações que não estavam atentas à questão do trabalho escravo começaram a acordar para o problema. Esse tema entrou em discussão no Congresso e passou a fazer parte

da pauta dos meios de comunicação social. Então, aquilo que era obscuro, passou a ser mais debatido, inclusive na Universidade, que discutia muito modestamente o tema.

Nós construímos aqui na Universidade Federal do Rio de Janeiro, certamente, o primeiro grupo de pesquisa sobre escravidão contemporânea, o primeiro grupo que, academicamente, tratou da questão.

Quais são as fontes adequadas de conteúdo para quem se interessou pelo tema e tem interesse em entrar para o grupo de pesquisa?

RR: Nós temos aqui na UFRJ a professora Maria Celeste Marques, doutora e especialista nesse tema do direito do trabalhador. Ela pode ser uma boa referência para alunos que gostariam de ter uma bibliografia mais ampla sobre a questão.

A respeito do trabalho escravo contemporâneo, sugiro o site do GPTEC, que tem, inclusive, uma estante virtual de livros, artigos e publicações. Sugiro também que o aluno interessado acesse o site da Comissão Pastoral da Terra, o site da Repórter Brasil, da *Anti-Slavery International*, da OIT (Organização Internacional do Trabalho) e o site do Ministério do Trabalho e Emprego. Esses sites oferecem muitas informações e até bibliografia para os interessados em se especializar no tema.

Além disso, o GPTEC está aberto aos alunos que queiram fazer pesquisa. Pesquisadores do Brasil e do exterior têm vindo para conversar e fazer pesquisa conosco.